



UMA BREVE REFLEXÃO RETROSPECTIVA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA (1960-2000): IMPLICAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

José Douglas Alves dos Santos,¹
jdneo@hotmail.com
Aísha Kaderrah Dantas Melo,²
aisha_kaderrah@hotmail.com
Marizete Lucimi,³
malucini@hotmail.com
(UFS)

Resumo

O presente artigo tem como objetivo estabelecer uma breve retrospectiva da história da Educação brasileira, compreendendo o período entre 1960 e 2000, trazendo à tona algumas questões que fazem parte da memória dos pensadores em Educação em nosso país; da mesma forma, recortamos do estudo algumas dessas questões devido à profundidade de tais elementos para o estudo – seria necessário mais tempo de pesquisa e estudo para que pudéssemos contemplar todas, ou a maior parte das problemáticas educacionais. Acreditamos que esse fato não diminui a importância do estudo, visto que se faz necessário sempre que possível confrontar nossa história à luz do desenvolvimento meramente econômico estabelecido no Brasil e em boa parte de países outrora considerados “subdesenvolvidos” ou “periféricos”. Dentro ainda de sua pretensão, o texto reflete sobre algumas implicações da história da Educação nos dias atuais, enfatizando a inserção do pensamento e da política neoliberal nas estruturas e na organização sócio-educacional. Nosso intuito é o de debater como o capitalismo agiu e contemplou suas ideias em nosso sistema, como o incorporou e o transformou ao longo desses períodos históricos. Para tanto, nos orientamos através da leitura de autores como: Dermeval Saviani, Gaudêncio Frigotto, José Carlos Libâneo, Roseli Caldart, entre outros relevantes nomes que estudam e debatem a temática.

Palavras-chave: Educação. História. Sociedade. Política.

¹ Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe; Coordenador do Diretório Acadêmico do curso (DALEPE); pesquisador CNPq-ITI-A Projeto “A formação dos educadores do campo: processos e praticas em assentamentos de Reforma Agrária do Nordeste”, coordenado pela Profa. Dra. Marizete Lucini; bolsista do curso de Especialização em Gestão Escolar (Escola de Gestores), coordenado pelo Prof. Dr. José Mário de Aleluia.

² Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe; pesquisadora CNPq-ITI-A Projeto “A formação dos educadores do campo: processos e praticas em assentamentos de Reforma Agrária do Nordeste”, coordenado pela Profa. Dra. Marizete Lucini; bolsista do curso de Especialização em Gestão Escolar (Escola de Gestores), coordenado pelo Prof. Dr. José Mário de Aleluia.

³ Professora Adjunta na Universidade Federal de Sergipe. Licenciada em História pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC (1993), mestre em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS (1999) e doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP (2007). Atua no departamento de Educação com as disciplinas de Educação de Jovens e Adultos; Didática, Ensino de História nos anos iniciais do Ensino Fundamental e TCC. No âmbito da pesquisa atua principalmente nos seguintes temas: ensino de história; educação do campo, pedagogia do Movimento Sem Terra, Educação de Jovens e Adultos, Identidade, Memória, ensino e formação de professores. Participa do Grupo de Pesquisa Educação e Movimentos Sociais na UFS e no Grupo de Pesquisa Educação e Contemporaneidade.





Notas de um educador

Educação não é negócio, escola não é empresa, professor não é técnico, aluno não é mercadoria e conteúdo não é moeda de troca.

Todo negócio pode trazer prejuízo, a Educação não pode oferecer – em especial às crianças, jovens e adultos da classe popular; uma empresa pode vir à falência, demitir seus funcionários e fechar as portas. Escola pública, jamais!; técnico só faz o que a máquina precisa para funcionar. Professor não opera nenhuma máquina, ele trabalha com pessoas; mercadoria é fabricada, vendida e distribuída com facilidade e a preços baixos. Em sua maioria, depois que são consumidas ou usadas, elas são facilmente ignoradas por quem as possui. Todo aluno é um ser social, cultural, político, histórico. Um ser humano; e moeda de troca não traz retorno. Dez moedas não valem mais que uma, quando os valores são diferentes. Elas têm uma serventia meramente estabelecida para facilitar a circulação monetária. Os conteúdos, quando trabalhados de forma crítica, elevam o pensamento e o espírito dos discentes e dos próprios professores. A relação de troca que se estabelece vai muito além de um retorno quantitativo equivalente. O significado de um conteúdo pode valer muito mais para o outro.

Quisesse a sociedade que isso fosse algo concreto. Os educadores veriam sentido ao exercerem sua função e os alunos veriam sentido em passar tanto tempo na escola. E a sociedade agradeceria o que, dessa relação, fosse promulgado.

J. Douglas Alves

Introduzindo

O processo educacional, desde sua origem, é permeado pela lógica social vigente. Diferente do que muitos ainda discursam, não é a escola que pauta as mudanças sociais, mas a sociedade que pauta a prática educativa. Nesse sentido, o professor pode constituir-se em sujeito de resistência à lógica hegemônica da sociedade através do exercício de sua profissão.

As instituições de ensino, desde cedo aprendem a “controlar nossos alunos”, produzindo uma cultura hierárquica que estabelece uma condição de silêncio aos sujeitos que integram o processo de Educação. Sua função, prioritariamente é preparar os alunos para que estes tenham as melhores pontuações em provas e concursos, para que a própria instituição também seja vista com respaldo pelo meio social.

É preciso repensar essa lógica de Educação, reflexo da lógica de vida, difundida diariamente pelo capitalismo. No mundo capitalista, as pessoas assumem uma posição no *ranking de produção*. As fábricas, as escolas, a sociedade como um todo assume a tarefa de controlar e





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

punir aqueles que não se adéquam às normas estabelecidas. Na luta pela sobrevivência, quem pouco produz e pouco consome, é excluído pelo sistema.

Ao iniciar essa escrita com essas reflexões, nos propomos a apresentar uma breve retrospectiva do processo educacional no Brasil, delimitado entre os períodos de 1960 a 2000, indicando alguns acontecimentos históricos, e suas implicações aos dias atuais.

O processo de mercantilização da Educação, começado com o economicismo da década de 1960, alterou profundamente a estrutura e a organização educacional brasileira. Esse processo percorreu gerações e instaurou-se em todos os governos que posteriormente assumiram o poder.

Em virtude dessa inserção da política econômica mercantil no campo educacional, há décadas que o desenvolvimento social baseia-se numa forma ilustrativa de “desenvolvimento”, já que os únicos a contemplar os benefícios do mesmo são as grandes corporações e os governantes que incentivam e defendem esse ideal.

Assim, à maior parte da sociedade, pouco é possibilitado no âmbito da formação, como poderemos observar nas reflexões que seguem. Reflexões que optamos em apontar a partir de períodos históricos, orientados pelas contribuições de estudiosos da temática como Dermeval Saviani, Gaudêncio Frigotto, José Carlos Libâneo, Roseli Caldart, entre outros.

1960: período desenvolvimentista brasileiro

A partir da década de 1960, os programas de pós-graduação em Educação e as faculdades de Educação tiveram um forte apelo economicista, tanto nas teorias educacionais quanto nas políticas públicas. Como efeito, houve o dismantelamento da escola pública e o reforço da educação como negócio (FRIGOTTO, 2010).

Para Frigotto (2010),

A educação no Brasil, particularmente nas décadas de 1960 e 1970, de prática social que se define pelo desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes, concepções de valores articulados às necessidades e interesses das diferentes classes e grupos sociais, foi reduzida, pelo economicismo, a mero fator de produção – “capital humano”. Asceticamente abstraída das relações de poder, passa a definir-se como uma técnica de preparar recursos humanos para o processo de produção. Essa concepção de educação como “fator econômico” vai constituir-se numa espécie de fetiche, um poder em si que, uma vez adquirido,

4354





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

independentemente das relações de força e de classe, é capaz de operar o “milagre” da equalização social, econômica e política entre indivíduos, grupos, classes e nações (FRIGOTTO, 2010, p. 20).

Durante a década de 1960, muitos eventos abalaram o sistema sócio-educacional brasileiro. Dentre alguns, podemos citar: a promulgação da 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei 4.024/61); debates, reivindicações e lutas no campo político-social, contra a ideologia de desenvolvimento então vigente, que colocava a escola como responsável pela formação da mão-de-obra preparada, visando o “desenvolvimento” do país; golpe militar de 1964; e a figura do educador Paulo Freire, trazendo à luz de novos ideais seu método de alfabetização. (ARANHA, 1996). Pode-se afirmar que o período foi de muita disputa no campo político e social.

O regime ditatorial no Brasil estabeleceu a Reforma Universitária (Lei 5.540/68), implantando algumas das ações estabelecidas pelo movimento estudantil, porém tendo em vista a desmobilização do mesmo. (BORGES, 2005).

Dentro do âmbito universitário, logo após o golpe, o terror foi implantado imediatamente, com invasões ao campus de universidades, perseguições a docentes e discentes contrários ao Regime, demissões e aposentadorias sumárias. Ocorreu a cooptação de alguns professores e técnicos, os quais desejavam “mostrar serviço” aos governos militares. Algumas universidades, como o caso da USP, forneceram diversos “quadros” aos escalões do governo. (BORGES, 2005. p. 19)

Era esse o cenário social da época. Para que tal situação pudesse ser gerada, foi preciso ter não somente o controle repressivo da sociedade, mas também o controle ideológico da mesma. Isso foi possível devido ao fato de que o Brasil entrava num processo de desenvolvimento econômico alargado como jargão para o desenvolvimento social. Uma desculpa que serviu para dar mais ênfase à ideologia vigente.

Considerado o período do ideário nacional-desenvolvimentista (RIBEIRO, 2003; FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003), a década de 1960 foi profundamente marcada pelo golpe militar, reprimindo muito dos anseios da classe popular e favorecendo a conquista do mercado ao sistema econômico, político e educacional brasileiro.





1970: intensificação do processo economicista na Educação brasileira

Durante a década de 1970 tem-se com mais eloquência a produção de pesquisas com caráter qualitativo no campo educacional, ainda que mesmo as pesquisas consideradas “quantitativas” fossem elementares no período. A pesquisa era muito escassa e incipiente (GATTI, 2004).

Em 1971, “visando atender à formação de mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho” (SAVIANI, 2008. p. 298), tem-se a reforma do Ensino de 1º e 2º Graus (Lei 5.692/71). Durante esse momento histórico, os cortes orçamentários passam a ser aplicados à Educação. O governo federal reduz progressivamente os recursos para a área. (SAVIANI, 2008).

No final da década de 1970 e início de 1981, a Educação assume uma postura de preocupação com as questões sociais, estabelecendo maior atenção às classes populares com pouco acesso ao ensino. Nessa época, o país ainda sofre as conseqüências da censura, instaurada a partir do golpe de 1964.

Na contramão da ideologia política de acúmulo do capital para a classe elitista, muitos movimentos estudantis e sociais ganham força e destaque na tentativa de mudar o quadro hegemônico, em busca do retorno à democracia. (GATTI, 2001).

O final da década de 1970 e início dos anos 80, foi o período em que ocorreram significativas manifestações estudantis em defesa da democracia política brasileira. No campo educacional, como apontam Rigotto e Souza (2005), destaca-se o avanço desordenado do ensino superior e o conseqüente dismantelamento das universidades públicas e incentivo para a privatização do ensino superior. “O número das instituições públicas de ensino superior estagnou entre 1970 e 2004, enquanto o número de instituições privadas cresceu 314% nesses 34 anos.” (RIGOTTO e SOUZA, 2005, p. 346).

Carvalho, Saviani e Vidal (2001), indicam outros marcos importantes dessa década, como a fundação da ANPEd (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação), em 1977; do CEDES (Centro de Estudos “Educação e Sociedade”), em 1978; e da ANDE (Associação Nacional de Educação), em 1979, sendo esta considerada uma época de grande mobilização no que diz respeito ao campo educacional. (CARVALHO; SAVIANI; VIDAL, 2001).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Portanto, percebe-se que ao final dos anos 1970, temos uma maior preocupação com a pesquisa e o estudo em Educação no Brasil, criando-se espaços específicos para discussões e debates de questões centrais aos rumos da Educação.

Todavia, é também na década de 1970 que começam efetivamente as tentativas do controle educacional pelos bancos internacionais, através de incentivos e empréstimos financeiros para a área. Contudo, ao adentrar na lógica economicista, a Educação perde sua autonomia e também seu papel social. Como afirma Fonseca (1998, p. 64.):

A ênfase no aspecto financeiro submete as reformas da área educacional aos critérios gerenciais e de eficiência que tocam mais a periferia do que o centro dos problemas, isto é, incidem mais sobre a quantificação dos insumos escolares do que sobre os fatores humanos que garantem a qualidade da educação.

O tratamento das questões educacionais pelo âmbito economicista ressoou nos discursos produtivistas, exigindo resultados, sem, contudo, ocorrer investimentos educacionais que atuassem no âmbito da qualificação da educação desenvolvida.

1980: hegemonia da política neoliberal no Brasil

Nos anos 1980, começa na Inglaterra e demais países, a instauração da política neoliberal, impondo novas reformas educativas que implicam em mercantilizar o processo educativo (LIBÂNEO, 2012), incitando a lógica mercantil nas relações educacionais.

Nesse período o Brasil ainda vivia uma lenta e gradual mudança política, pois dialogava socialmente em prol da democracia e da cidadania, mas estava ainda se desgarrando das forças do regime militar (PEREIRA, 2006) que persistiam em muitos setores sociais, principalmente no campo político.

Essa década é marcada pela luta política contra-hegemônica, que resistia à idéia de fazer da Educação mais um setor privilegiado do mercado internacional. É nesse período que o Brasil vivencia o processo de elaboração da Constituição de 1988, contemplando na carta Constitucional a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola.

Interessante notar também que nessa época a questão da violência nas instituições de ensino formais passa a ter maior destaque, frente à luta pela democratização social. (SPOSITO,





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

2001). No entanto, somente a partir do final de 1980 a temática da violência é contemplada com mais ênfase nas discussões do campo educacional.

Contudo, importa ressaltar que a Constituição de 1988 marca importantes conquistas por movimentos sociais que se fazem ouvir e tem suas reivindicações contempladas. Nesse sentido, a Educação reafirma-se como direito de todos os cidadãos no texto constitucional.

Situarmos a questão da igualdade de acesso implica em considerar as profundas e históricas diferenças que tangenciam o modo como o direito à educação vem sendo concretizado no Brasil, pois é incontestável que a Constituição de 1988 permanece distante de uma concretude aos sujeitos que compõem o sistema de Educação brasileiro. Aos filhos e filhas das classes populares, a igualdade de condições e, principalmente, a permanência na escola não se efetivam numa sociedade em que as condições sociais dos diferentes grupos que a compõem são de fato desiguais.

1990: mais do mesmo

Jesus e Torres (2009), apontam que os anos 1990 são marcados pela consolidação da ideologia neoliberal no sistema educacional brasileiro. “Nesta perspectiva, a educação passa a ser compreendida pelos mesmos critérios do capital” (JESUS; TORRES, 2009, p. 136).

Ao situar nosso olhar sobre a década de 1990, percebemos que esse período foi marcado por uma desmobilização generalizada da população, referente às lutas sociais construída nos anos 1980 (GOHN, 2001; JESUS; TORRES, 2009). Tal sentimento de resignação das massas populacionais foi de grande reforço para a instauração de uma política educacional voltada para o capital monopolista. Como indicam Jesus e Torres (2009):

Diante da enorme dívida social que representa a falência do sistema educacional brasileiro, não podemos ingenuamente aceitar o novo senso comum da retórica neoliberal, segundo a qual a educação deve sair da esfera das políticas públicas (incompetentes) e inserir-se na lógica (eficiente) do mercado, adotando os padrões produtivistas e empresariais da qualidade total, para assim, cumprir sua moderna função de formar cidadãos-consumidores competitivos e empreendedores (2009, p. 136).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Nos anos 1990, com o governo Fernando Henrique Cardoso, o plano privatizante da Educação encontrou força e incentivos (BORGES, 2005). Não obstante, houve ainda grande contribuição de setores da burguesia e da mídia nacional, através de propagandas tais como "Amigos da Escola" e "Adote um Aluno", do programa *Comunidade Solidária*, “que buscavam imputar à sociedade civil a responsabilidade para com a educação, enquanto esta é, na verdade, uma responsabilidade constitucional do Estado.” (BORGES, 2005. p. 22-23).

Ocorre na Educação uma descentralização do domínio público para os ideais do empresariado. As grandes empresas passam a intervir na orientação da Educação pública, “por meio de parcerias intermediadas com as organizações não-governamentais (ONGs), grupos técnicos, as fundações empresariais, entre outras” (LUZ, 2011, p. 442).

Não obstante, [...] o poder público, no contexto das reformas, priorizou a interlocução com o setor privado na formulação e na implementação das políticas educacionais e criou uma série de aparatos legais e administrativos para consolidar essa interlocução com o Estado, principalmente no que favorece as parcerias. Podemos citar como exemplos, no Brasil, a Lei n. 9.608/1998, que dispõe sobre os serviços voluntários; a Lei n. 9.637/1998, que qualifica as entidades como “pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos”, e a Lei n. 9.790/1999, que regulamenta a participação do Terceiro Setor na gestão pública. (LUZ, 2011, p. 443).

Em outras palavras, o poder público não apenas acolheu como também facilitou a entrada do ideário empresarial, demonstrando forte inclinação à sua ideologia e contribuindo com o agravamento da desigualdade social, uma vez que as empresas privadas conseguiram essa maneira de “burlar” a lei e obter ainda mais lucro sobre suas ações; visto que além de não pagarem os impostos a que deveriam ser obrigadas, ainda recebem financiamento público ao agregar em sua estrutura organizacional uma “instituição” de cunho filantrópico.

A desmobilização das lutas evidenciada nessa época foi marcada pela instauração da política neoliberal de forma hegemônica em nossa sociedade. Isso contribuiu para reprodução do pensamento capitalista, tendo como conseqüência o “abandono do pensamento crítico vinculado a projetos societários firmados nas perspectivas da autonomia e, ao mesmo tempo, num relacionamento soberano entre povos, culturas e nações (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p. 96).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

É no início da década de 1990, com a Conferência de Jomtien⁴ que tem início a era da “Educação para Todos”; em 1993, a Declaração de Nova Delhi⁵ reforça a nova concepção assumida no campo sócio-educativo; e em 2000, tem-se o Fórum de Dakar⁶, que adiou o prazo de cumprimento das metas até 2015 (RABELO; SEGUNDO; JIMENEZ, 2009).

Durante os anos 1990 – no governo Fernando Henrique Cardoso – é instaurada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394/96), aprovada por alto, da mesma forma que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e o Plano Nacional de Educação (PNE), sem considerar todos os esforços, pesquisas e estudos realizados pela classe de educadores e demais sujeitos comprometidos com uma medida que compreendia a mudança qualitativa da nossa Educação (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003).

A Educação assume um novo papel, “não mais em razão de sua função social e cultural de caráter universal, mas da particularidade das demandas do mercado” (FRIGOTTO, 2011, p. 247).

Essa lógica educacional mercantil atrelada, sobretudo aos aspectos econômicos da sociedade, valoriza uma formação alheia aos graves problemas sociais e é consubstanciada pela demanda definida pelo mercado e seus agentes reguladores.

Como indica Charlot (2005), a Educação na visão imposta pelos organismos internacionais, exclui sua dimensão cultural e humana. E ao se incentivar a criação de instituições privadas de ensino, utilizando até mesmo recursos públicos para gerá-las ou mantê-las, agrava-se a precariedade do ensino público e a desigualdade social. A escola pública acolhe as populações mais frágeis sem, no entanto, ter recursos para garantir uma Educação digna e de qualidade.

2000: esperanças e frustrações

Durante os anos 2000, a era do *novo milênio*, tem-se uma forte propaganda de *slogans* que logo se tornariam moda no Brasil: a sociedade da informação e do conhecimento; posteriormente

⁴ Conferência ocorrida em 1990, na Tailândia, conhecida também como Conferência Geral da UNESCO. Representantes de mais de cem países e organizações não governamentais se comprometeram com a meta da Educação Primária Universal num prazo de dez anos, no caso, até o ano 2000 (RABELO; SEGUNDO; JIMENEZ, 2009).

⁵ Encontro realizado para dar continuidade aos debates da Conferência de Jomtien. (idem)

⁶ Que contou com a participação de 180 países e 150 ONGs, reiterando o papel da educação como elemento imprescindível ao desenvolvimento de cada nação. (ibidem)





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

ganhando mais um bordão: sociedade da comunicação. O mundo passa por um processo de crescente globalização e o campo tecnológico e científico dominam as atenções em vista de um desenvolvimento social baseado no crescimento econômico.

No campo Educacional, as Nações Unidas organizaram mais um encontro (Marco de Ação de Dakar, em 2000) para adiarem os prazos estabelecidos de cumprimento das metas colocadas de 1990 até o ano 2000, na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, que norteou e definiu as diretrizes das políticas educacionais em países considerados de capitalismo periférico (RABELO; SEGUNDO; JIMENEZ, 2009); as metas não cumpridas foram reduzidas e os prazos adiados até 2015 (TORRES, 2005).

Entre algumas das metas, estavam: melhorar, em 50% até 2015, a alfabetização de adultos; eliminar, até 2005, as disparidades entre os gêneros; garantir a qualidade da educação para todos; reduzir, pela metade, a pobreza mundial, dentre outros (DAKAR, 2000).

Declarações, fóruns e discursos semelhantes tornam-se assim, uma espécie do que entendemos como mais um “jargão político” que tem pautado o discurso de políticos e celebridades em campanhas “humanitárias”. Entres esses eventos que enaltecem o papel da Educação e da solidariedade entre os países, destacam-se, como citou Jimenez e Segundo (2007, p. 122): “o apelo ao alistamento voluntário àquela nobre contenda e a importância decisiva conferida à Educação”.

Outro fator evidenciado nesses eventos, é o fato de que entre os organizadores e idealizadores, há um grande número de empresas privadas, que não somente financiam como fiscalizam de perto os rumos dos debates. Sem contar que os sucessivos fóruns citados foram promovidos com o apoio do Banco Mundial sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), tendo como grandes patrocinadores setores da mesma: a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e o próprio Banco Mundial.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

São os organismos internacionais⁷ que, mediante as novas necessidades do capitalismo, coordenam e impõem as regras a toda sociedade globalizada. Como afirma Celso Furtado (2000, p. 19):

A incapacidade que manifestam atualmente os governos das grandes nações capitalistas para conciliar seus respectivos objetivos de política econômica resulta em parte significativa da orientação assumida pela teoria do crescimento econômico e de sua considerável influência na teoria da política econômica.

Em outras palavras, podemos dizer que parte dos fracassos encontrados entre os projetos de reestruturação econômica e social são referentes ao poder do setor econômico frente ao setor político das grandes nações. O sucesso da política econômica passa a ser fixada nos quadros numéricos da economia financeira. As grandes empresas passam então a financiar e controlar a gestão do processo educativo nos países considerados periféricos ou subdesenvolvidos, controlando assim os rumos da ordem mundial.

O apelo pelo discurso de “Educação para Todos” (ou conhecimento para todos) coloca o sistema educacional como o responsável pela transformação social, dando-lhe muito mais responsabilidade e tarefas a serem cumpridas (SOBRAL; SOUSA; JIMENEZ, 2009); o professor, que já era um “faz-tudo” na escola, passa a fazer parte da força tarefa ideológica que imprime um discurso em que ser professor é uma atividade honrosa, mas não imprime na sequência políticas públicas que assegurem condições de trabalho e de vida a esse profissional para assumir tamanho papel na sociedade.

A partir de Frigotto (2010) e Saviani (2000), concebemos a Educação não como um fator, mas como “uma prática social, uma atividade humana e histórica que se define no conjunto das relações sociais” (FRIGOTTO, 2010, p. 33); tendo como função “[...] produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida historicamente e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 2000, p. 17).

Como atividade humana e histórica, ela pode ter outro horizonte que não o esperado pelo *mercado* e os *homens de negócio*, que projetam a ideologia neoliberal nas teorias e práticas

⁷ Entre alguns organismos internacionais, podemos citar: FMI (Fundo Monetário Internacional); Banco Mundial; BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento); entre outros.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

pedagógicas, transformando a ato educativo em mero processo de instrução e qualificação pessoal (individual).

Enquanto atividade reprodutora, podemos vislumbrá-la como um “processo de transmissão do patrimônio histórico” (RABELO; SEGUNDO; JIMENEZ, 2009. p. 3), de tal forma que seu objetivo deve ser a formação de sujeitos históricos para mudar a sociedade (CALDART, 2011), colocando o homem e suas reais necessidades⁸ no centro do debate social.

Implicações contemporâneas

Ao refletirmos sobre o contemporâneo quadro da Educação brasileira, percebemos que a ideologia econômica neoliberal, no processo educacional, introduziu um período de degradação em relação ao investimento e ao reconhecimento social da área.

A Educação pública há muito vem sofrendo cortes orçamentários que inviabilizam a construção de uma escola adequada às exigências da sociedade e, em consequência, colaboram para a evasão e a má formação escolar. Pensamos que não é somente por causa de escolas bem estruturadas que a Educação dará um salto qualitativo, porém, cremos ser este um elemento que contribui em muito para a prática do ensino formal.

Conferir aos educadores e alunos, a culpa pela degradação educacional, é jogar a culpa em quem não é culpado. O sistema social vigente deveria assumir o compromisso de investir na área visando preparar uma sociedade mais humana e cidadã, e não gerar desculpas para o pouco investimento e colocar nas mãos dos professores a direção do futuro social.

Incluímos em nosso estudo o quanto se faz relevante aprovar os 10% do PIB para o Plano Nacional de Educação (PNE) desse decênio. Na verdade, preferimos deixar registrada nossa indignação quanto ao descaso com a Educação pelo setor público, já que este investimento de 10% do PIB era o esperado para o PNE passado. Ou seja, a Educação continua a ser vista de forma secundária pela política nacional.

⁸ Nesse ponto, encontram-se presentes necessidades de ordem biológica e intelectual: Educação, alimentação, habitação, valores éticos, respeito, tolerância, etc.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A partir do projeto de economização educacional brasileiro, a escola passou a ser vista como setor privilegiado pela elite dominante; privilegiado não através de investimentos financeiros, e sim através de mecanismos de precarização para as escolas das massas populacionais com menos condições econômicas. “A escola é uma instituição social que mediante suas práticas no campo do conhecimento, valores, atitudes e, mesmo, por sua desqualificação, articula determinados interesses e desarticula outros” (FRIGOTTO, 2010, p. 47).

Nesse sentido, corroboramos com Rubem Alves quando afirma que: “As escolas existem para transformar crianças que brincam em adultos que trabalham” (2008, p. 110). As crianças, principalmente das séries iniciais do ensino fundamental, precisam aprender algo que lhes seja significativo para a vida e não apenas para as provas. Dessa forma, gradualmente, podemos desenvolver uma lógica de Educação qualitativa em todas as séries da *vida escolar*.

Algumas considerações ao finalizar

Percebemos, ao longo do texto produzido, que a história da Educação brasileira é uma história de lutas e desafios, avanços e retrocessos. O artigo se propôs a analisar a nossa Educação no período definido entre 1960-2000, contemplando debates que tiveram grande relevância para a área.

Esse estudo nos levou a repensar o processo de internacionalização educacional brasileiro, acentuando suas principais consequências. Evidenciamos o quanto ainda se precisa lutar contra a cultura hegemônica que interfere e, em certa medida, define os rumos do projeto educacional no país. Contudo, como afirma Sanfelice:

[...] mesmo admitindo-se a autonomia relativa do Estado perante suas determinações materiais, é preciso ressaltar que essas condições materiais e especificamente as que constituem o modo capitalista, tendem a preservar uma ordem favorável aos interesses da propriedade privada dos meios de produção e do capital. Isso configura a impossibilidade de existirem, nessas sociedades, interesses universalmente comuns (SANFELICE, 2005, p. 90).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

No entanto, pode-se afirmar que os interesses situam-se no âmbito de grupos diferenciados, o que possibilita a resistência à “ordem favorável aos interesses da propriedade privada dos meios de produção e do capital” (SANFELICE, 2005, p. 90).

E ao concluirmos, repetimos o que indicamos no início do artigo: educação não é negócio, escola não é empresa, professor não é técnico, aluno não é mercadoria e conteúdo não é moeda de troca. Tudo faz parte de um processo maior, da política estabelecida na sociedade. Acreditamos que enquanto a economia continuar a ditar as diretrizes dessa política, não conseguiremos agir no exercício de nossa função por uma sociedade mais humana. Somente a Educação não é capaz de transformar nossa atual sociedade, mas com certeza sem ela a sociedade não poderá ser transformada.

Referências

ALVES, Rubem. **Ostra feliz não faz pérola**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1996.

BORGES, Gilberto André. **Trajectoria da educação no Brasil**. Florianópolis: E-book, 2005. Disponível em <musicaeeducação.mus.br>. Acesso em 19 Abr. 2012.

CALDART, Roseli Salete. Reforma agrária e educação. **Rev Caros Amigos - Ed. Especial**. Ano XV, n 53, junho 2011.

CARVALHO, Marta M. C. de; SAVIANI, Dermeval; VIDAL, Diana. **Sociedade brasileira de história da educação: constituição, organização e realizações**. [online], São Paulo, jul. 2006. Disponível em <http://www.sbhe.org.br/novo/index.php?arq=arq_historico&titulo=Hist%C3%B3rico>, Acesso em 20. Abr. 2012.

CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, formação dos professores e globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

FONSECA, Marília. O banco mundial como referência para a justiça social no terceiro mundo: evidências do caso brasileiro. **Rev. Fac. Educ.** [online], vol. 24, n. 1, p. 37-69, 1998. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010225551998000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 20. Abr. 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Educação**, vol. 16, n. 46, jan./abr. 2011.

_____; CIAVATTA, Maria. Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 24, n. 82, p. 93-130, abril 2003.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento econômico: enfoque histórico-estrutural**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GATTI, Bernardete A. Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo. **Caderno de Pesquisa**, n. 113, p. 65-81, jul.

_____. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2004.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

JESUS, Sônia Meire S. A. de Jesus; TORRES, Lianna de Melo. Educação e Movimentos Sociais: tensões e aprendizagens. In FREITAS, Anamaria G. Bueno de; SOBRAL, Maria Neide. **História e memória: o curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe**. (1968-2008). São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

JIMENEZ, Susana Vasconcelos; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes. Erradicar a pobreza e reproduzir o capital: notas críticas sobre as diretrizes para a educação do novo milênio. **Cadernos de Educação**. Pelotas, FAE/PPGE/UFPEL, n. 28, p. 119-137, jan./jun. 2007. Disponível em < <http://www.ufpel.edu.br/fae/caduc/downloads/n28/artigo04.pdf>> Consult. em 16 de out. 2011.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso na escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, vol. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

LUZ, Liliene Xavier. Empresas privadas e educação pública no Brasil e na Argentina. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 115, p. 437-452, abr./jun. 2011.

NAÇÕES UNIDAS. *Declaração do Milênio*. Cúpula do Milênio. Nova Iorque, 2000 Published by United Nations Information Centre: Lisbon, 2000. Disponível em: < <http://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>>. Acesso em 20 abr. 2012.

PEREIRA, M. F. R. Dois sentidos para a educação na década de 1980: democracia e cidadania/implicações históricas. In: Lombardi, José Claudinei, et al.. (Org.). **Navegando pela história da educação brasileira**. v. 1 ed. campinas: Histedbr, 2006,

RABELO, Jackline; SEGUNDO, Maria das D. Mendes; JIMENEZ, Susana. Educação para todos e reprodução do capital. **Rev Eletrônica Trabalho Necessário**. Ano 7, n 9, 2009. Disponível em < <http://www.uff.br/trabalhonecessario/>> Consult. em 16 de out. 2011.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. 18. ed. Revista e ampliada. Campinas, SP: AutoresAssociados, 2003).

RIGOTTO, Márcia Elisa; SOUZA, Nali de Jesus de. Evolução da educação no Brasil, 1970-2003. **Análise**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 339-358, ago./dez. 2005.

SANFELICE, José Luís. Da escola estatal burguesa à escola democrática e popular: considerações historiográficas. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (orgs.). **A escola pública no Brasil: história e historiografia**. Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. Campinas: Autores Associados, 2000.

_____. O legado educacional do regime militar. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008.

SOBRAL, Karine Martins; SOUSA, Nágela; JIMENEZ, Susana. *O movimento de educação para todos e a crítica marxista: notas sobre o marco de ação de Dacar*. **Rev. Eletrônica Arma da Crítica**. Ano 1, n 1, janeiro de 2009. Disponível em <<<http://www.armadacritica.ufc.br/phocadownload/karinenagela03.pdf>>> Consult. em 11 de out. 2011.

SPOSITO, Marília Pontes. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, vol. 27, n. 1, p. 87-103, jan./jun. 2001.

TORRES, Rosa-María. Educação na sociedade da informação. In AMBROSI, Alain;

C PEUGEOT, Valérie; Pimienta, Daniel. **Desafios de palavras: enfoques multiculturais sobre as sociedades da informação**. C&F Éditions, 2005. Disponível em <<<http://vecam.org/article644.html>>> Consult. em 11 de out. 2011.

